

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL

PONTO 5 – DIREITO PENAL

QUESTÃO 1

Com relação à posição da legislação brasileira acerca do conteúdo e dos efeitos dos erros de tipo e de proibição frente ao conceito formal de crime, discorra, de forma fundamentada, sobre:

- 1 teorias da culpabilidade existentes, abordando suas diferenças e seus efeitos para a determinação do erro de proibição; [valor: 2,00 pontos]
- 2 teoria da culpabilidade adotada pela legislação brasileira; [valor: 1,00 ponto]
- 3 conceito de erro de proibição direto, erro de proibição indireto e erro de tipo permissivo, abordando os efeitos de cada um deles; [valor: 2,00 pontos]
- 4 repercussões jurídicas da adoção da culpabilidade limitada diante dos conceitos formais de crime bipartido e tripartido. [valor: 2,00 pontos]

Quesito 1

Conceito 0 – **Não** articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira **precária**.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira **satisfatória**.

Conceito 3 – Apresenta **excelente** articulação.

Quesito 2

Conceito 0 – **Não** argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira **precária**.

Conceito 2 – Argumenta de maneira **satisfatória**.

Conceito 3 – Apresenta **excelente** argumentação.

Quesito 3

Conceito 0 – **Não** utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma **mediana**.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma **correta**.

Quesito 4.1.1

Conceito 0 – **Não** apresenta corretamente as teorias da culpabilidade.

Conceito 1 – Apresenta corretamente apenas **uma** teoria da culpabilidade.

Conceito 2 – Apresenta corretamente as **duas** teorias da culpabilidade.

Quesito 4.1.2

Conceito 0 – **Não** apresenta a diferença entre as teorias da culpabilidade.

Conceito 1 – Apresenta a diferença entre as teorias da culpabilidade.

Quesito 4.1.3

Conceito 0 – **Não** apresenta os efeitos das teorias da culpabilidade.

Conceito 1 – Apresenta corretamente os efeitos de apenas **uma** teoria.

Conceito 2 – Apresenta corretamente os efeitos das **duas** teorias.

Quesito 4.2

Conceito 0 – **Não** apresenta a teoria da culpabilidade adotada pela legislação brasileira.

Conceito 1 – Apresenta **corretamente** a teoria da culpabilidade adotada pela legislação brasileira.

Quesito 4.3.1

Conceito 0 – **Não** apresenta o conceito de nenhuma espécie de erro de proibição.

Conceito 1 – Conceitua apenas **uma** espécie de erro de proibição.

Conceito 2 – Conceitua apenas **duas** espécies de erro de proibição.

Conceito 3 – Conceitua as **três** espécies de erro de proibição.

Quesito 4.3.2

Conceito 0 – **Não** apresenta o efeito de nenhuma espécie de erro de proibição.

Conceito 1 – Apresenta o efeito de apenas **uma** espécie de erro de proibição.

Conceito 2 – Apresenta os efeitos de apenas **duas** espécies de erro de proibição.

Conceito 3 – Apresenta os efeitos das **três** espécies de erro de proibição.

Quesito 4.4

Conceito 0 – **Não** apresenta corretamente as repercussões jurídicas da adoção da culpabilidade limitada diante dos conceitos formais de crime bipartido e tripartido.

Conceito 1 – Apresenta as repercussões jurídicas relativas a apenas **um** dos conceitos formais.

Conceito 2 – Apresenta as repercussões jurídicas relativas aos **dois** conceitos formais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL

PONTO 5 – DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Diogo ajuizou ação contra incorporadora da qual ele havia comprado imóvel, requerendo a restituição dos valores pagos por ele a título de comissão de corretagem e de taxa de assessoria técnico-imobiliária, sob o fundamento de serem abusivas as cláusulas contratuais que exigiam o pagamento dessas taxas pelo promitente-comprador. Devidamente citada, a empresa apresentou defesa, argumentando, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva e, no mérito, a validade de ambas as cobranças, previamente informadas ao consumidor.

Acerca dessa situação hipotética, responda, justificadamente, aos seguintes questionamentos, conforme o entendimento do STJ.

- 1 É válida a alegação de ilegitimidade passiva da incorporadora? [valor: 1,00 ponto]
- 2 Há abusividade nas referidas cláusulas contratuais? [valor: 6,00 pontos]

Quesito 1

Conceito 0 – **Não** articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira **precária**.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira **satisfatória**.

Conceito 3 – Apresenta **excelente** articulação.

Quesito 2

Conceito 0 – **Não** argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira **precária**.

Conceito 2 – Argumenta de maneira **satisfatória**.

Conceito 3 – Apresenta **excelente** argumentação.

Quesito 3

Conceito 0 – **Não** utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma **mediana**.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma **correta**.

Quesito 4.1

Conceito 0 – **Não** afirma que a incorporadora é parte legítima para responder pela restituição ao consumidor dos valores pagos a título de comissão de corretagem e de taxa de assessoria técnico imobiliária.

Conceito 1 – Afirma que a incorporadora é parte legítima para responder pela restituição ao consumidor dos valores pagos a título de comissão de corretagem e de taxa de assessoria técnico imobiliária.

Quesito 4.2.1

Conceito 0 – **Não** afirma ser válida a cláusula contratual referente à taxa de comissão de corretagem.

Conceito 1 – Afirma ser **válida** a cláusula contratual referente à taxa de comissão de corretagem, mas não fundamenta sua resposta com base na jurisprudência.

Conceito 2 – Afirma ser **válida** a cláusula contratual referente à taxa de comissão de corretagem e fundamenta sua resposta com base na jurisprudência (desde que previamente informado ao consumidor o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem).

Quesito 4.2.2

Conceito 0 – Afirma ser válida a cláusula contratual referente à taxa de assessoria técnico-imobiliária.

Conceito 1 – Afirma ser **abusiva** a cláusula contratual referente à taxa de assessoria técnico-imobiliária, mas não fundamenta sua resposta com base na jurisprudência.

Conceito 2 – Afirma ser **abusiva** a cláusula contratual referente à taxa de assessoria técnico-imobiliária e fundamenta sua resposta com base na jurisprudência do STJ.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL

PONTO 5 – DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

QUESTÃO 3

A respeito do Ministério Público e de autocomposição, discorra sobre os seguintes aspectos:

- 1 distinção entre Ministério Público demandista e Ministério Público resolutivo e a relação entre os dois tipos de atuação do Ministério Público; [valor: 2,50 pontos]
- 2 natureza da legitimidade do Ministério Público para atuar na defesa dos direitos transindividuais; [valor: 2,00 pontos]
- 3 hipóteses de realização e limites do termo de ajustamento de conduta (TAC). [valor: 2,50 pontos]

Quesito 1

Conceito 0 – **Não** articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira **precária**.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira **satisfatória**.

Conceito 3 – Apresenta **excelente** articulação.

Quesito 2

Conceito 0 – **Não** argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira **precária**.

Conceito 2 – Argumenta de maneira **satisfatória**.

Conceito 3 – Apresenta **excelente** argumentação.

Quesito 3

Conceito 0 – **Não** utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma **mediana**.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma **correta**.

Quesito 4.1

Conceito 0 – **Não** apresenta corretamente a distinção entre Ministério Público (MP) demandista e Ministério Público resolutivo.

Conceito 1 – Apresenta corretamente apenas **um** dos dois aspectos (definição de MP demandista/definição de MP resolutivo) esperados como resposta ao quesito.

Conceito 2 – Apresenta corretamente os **dois** aspectos (definição de MP demandista/definição de MP resolutivo) esperados como resposta ao quesito.

Conceito 3 – Apresenta corretamente os **dois** aspectos (definição de MP demandista/definição de MP resolutivo) e a relação complementar dos dois perfis de MPs.

Quesito 4.2

Conceito 0 – **Não** apresenta corretamente qualquer uma das possíveis naturezas da legitimidade do Ministério Público, em razão da divergência doutrinária, para atuar na defesa dos direitos transindividuais.

Conceito 1 – Apresenta corretamente apenas **um** dos dois aspectos (legitimidade ordinária/legitimidade extraordinária) esperados como resposta ao quesito.

Conceito 2 – Apresenta corretamente os **dois** aspectos (legitimidade ordinária/legitimidade extraordinária) esperados como resposta ao quesito, sem mencionar corretamente a divergência doutrinária sobre a natureza jurídica do Ministério Público.

Conceito 3 – Apresenta corretamente os **dois** aspectos (legitimidade ordinária/legitimidade extraordinária) esperados como resposta ao quesito, **esclarecendo** corretamente a divergência doutrinária sobre a natureza jurídica do Ministério Público.

Quesito 4.3

Conceito 0 – **Não** apresenta corretamente nenhum dos dois aspectos (hipóteses de realização/limites do TAC) esperados como resposta ao quesito.

Conceito 1 – Apresenta corretamente apenas **um** dos dois aspectos (hipóteses de realização/limites do TAC) esperados como resposta ao quesito.

Conceito 2 – Apresenta corretamente os **dois** aspectos (hipóteses de realização/limites do TAC) esperados como resposta ao quesito.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL

PONTO 5 – LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Um promotor da justiça do estado do Piauí, em estágio probatório, e um procurador da justiça desse mesmo estado foram condenados a cinco anos de reclusão, em ação penal transitada em julgado, por crime de corrupção passiva, em razão de terem recebido valores em espécie em troca de informações sigilosas a que tiveram acesso devido ao cargo que ocupavam.

Com relação a essa situação hipotética, discorra, de forma fundamentada, sobre:

- 1 os tipos de penas disciplinares a que estão sujeitos os referidos membros do Ministério Público [**valor: 1,00 ponto**] e os respectivos efeitos dessas penas [**valor: 1,00 ponto**];
- 2 a autoridade competente para aplicar as sanções cabíveis; [**valor: 1,50 ponto**]
- 3 o prazo prescricional das referidas punições; [**valor: 1,00 ponto**]
- 4 as hipóteses de perda do cargo de membro vitalício e quatro hipóteses de perda do cargo de membro não vitaliciado do Ministério Público [**valor: 1,00 ponto**] e o procedimento adotado para cada caso no estado do Piauí [**valor: 1,50 ponto**].

Quesito 1

Conceito 0 – **Não** articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira **precária**.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira **satisfatória**.

Conceito 3 – Apresenta **excelente** articulação.

Quesito 2

Conceito 0 – **Não** argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira **precária**.

Conceito 2 – Argumenta de maneira **satisfatória**.

Conceito 3 – Apresenta **excelente** argumentação.

Quesito 3

Conceito 0 – **Não** utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma **mediana**.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma **correta**.

Quesito 4.1.1

Conceito 0 – **Não** apresenta a pena disciplinar cabível ao promotor de justiça em estágio probatório.

Conceito 1 – Limita-se a apenas indicar a pena disciplinar cabível ao promotor de justiça em estágio probatório, sem desenvolver resposta com a devida fundamentação.

Conceito 2 – Discorre sobre a pena disciplinar cabível ao promotor de justiça em estágio probatório, de maneira fundamentada.

Quesito 4.1.2

Conceito 0 – **Não** apresenta a pena disciplinar cabível ao procurador de justiça.

Conceito 1 – Limita-se a apenas indicar a pena disciplinar cabível ao procurador de justiça, sem desenvolver resposta com a devida fundamentação.

Conceito 2 – Discorre sobre a pena disciplinar cabível ao procurador de justiça, de maneira fundamentada.

Quesito 4.1.3

Conceito 0 – **Não** apresenta o efeito da pena disciplinar cabível ao promotor de justiça em estágio probatório.

Conceito 1 – Apresenta o efeito da pena disciplinar cabível ao promotor de justiça em estágio probatório.

Quesito 4.1.4

Conceito 0 – **Não** apresenta os efeitos da pena disciplinar cabível ao procurador de justiça.

Conceito 1 – Apresenta apenas parte dos efeitos da pena disciplinar cabível ao procurador de justiça, sem indicar a devida fundamentação.

Conceito 2 – Apresenta todos os efeitos da a pena disciplinar cabível procurador de justiça, de maneira fundamentada.

Quesito 4.2

Conceito 0 – **Não** apresenta corretamente o responsável por aplicar as sanções cabíveis.

Conceito 1 – Apresenta corretamente o responsável por aplicar a sanção cabível ao promotor em estágio probatório, mas indica incorretamente o responsável por aplicar a sanção cabível ao procurador, ou vice-versa.

Conceito 2 – Apresenta o responsável por aplicar as sanções cabíveis tanto ao procurador quanto ao promotor em estágio probatório.

Quesito 4.3

Conceito 0 – **Não** apresenta o prazo prescricional das punições.

Conceito 1 – Limita-se a apenas indicar o prazo prescricional das punições, sem desenvolver resposta detalhada e sem mencionar a devida fundamentação.

Conceito 2 – Discorre sobre o prazo prescricional das punições, de maneira detalhada e fundamentada.

Quesito 4.4.1

Conceito 0 – **Não** apresenta as hipóteses de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.

Conceito 1 – Apresenta somente **uma** hipótese de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.

Conceito 2 – Apresenta somente **duas** hipóteses de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.

Conceito 3 – Apresenta as **três** hipóteses de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.

Quesito 4.4.2

Conceito 0 – **Não** apresenta hipóteses de perda do cargo de membro não vitaliciado do Ministério Público.

Conceito 1 – Apresenta somente **uma** hipótese de perda do cargo de membro não vitaliciado do Ministério Público.

Conceito 2 – Apresenta somente **duas** hipóteses de perda do cargo de membro não vitaliciado do Ministério Público.

Conceito 3 – Apresenta somente **três** hipóteses de perda do cargo de membro não vitaliciado do Ministério Público.

Conceito 4 – Apresente **quatro** hipóteses de perda do cargo de membro não vitaliciado do Ministério Público.

Quesito 4.4.3

Conceito 0 – **Não** apresenta o procedimento adotado no estado do Piauí no que se refere à perda do cargo de membro vitalício e de membro não vitaliciado do Ministério Público.

Conceito 1 – Apresenta, sem detalhamento, o procedimento adotado no estado do Piauí no que se refere apenas à perda do cargo de membro vitalício ou apenas à perda do cargo de membro não vitaliciado do Ministério Público.

Conceito 2 – Apresenta, sem detalhamento e sem a devida fundamentação, o procedimento adotado no estado do Piauí no que se refere à perda do cargo de membro vitalício e à perda do cargo de membro não vitaliciado do Ministério Público.

Conceito 3 – Apresenta, detalhadamente e com a devida fundamentação, o procedimento adotado no estado do Piauí no que se refere à perda do cargo tanto de membro vitalício quanto de membro não vitaliciado do Ministério Público.